
PERCURSOS DO MARXISMO WEBERIANO: DAS PRIMEIRAS FORMULAÇÕES À SUA FORTUNA CRÍTICA NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

WEBERIAN MARXISM ROUTES: FROM THE FIRST FORMULATIONS TO ITS CRITICAL FORTUNE IN BRAZILIAN SOCIOLOGY

CAMINOS DEL MARXISMO WEBERIANO: DE LAS PRIMERAS FORMULACIONES A SU FORTUNA CRÍTICA EN LA SOCIOLOGÍA BRASILEÑA

Lucas Fiaschetti Estevez¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo elencar alguns momentos de uma longa tradição intelectual que buscou aproximar os legados teóricos de Karl Marx e Max Weber e que ficou conhecida como marxismo weberiano. Em um primeiro momento, iremos nos debruçar sobre as impressões de Weber a respeito da obra marxiana, nas quais o autor esboça como sua teoria não pretende ser uma alternativa excludente ao materialismo histórico de Marx. Depois, iremos ressaltar a importância de Georg Lukács na inovadora convergência que empreendeu entre o conceito weberiano de racionalização e a ideia marxiana do fetichismo da mercadoria. Por fim, iremos nos concentrar em exemplos desse uso profícuo e conjugado de Marx e Weber na sociologia brasileira, a partir de obras de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Maurício Tragtenberg. A partir do recorte analisado, concluímos que essa corrente teórica só pode ser descrita como marxista-weberiana em um sentido muito específico, a saber, enquanto uma tradição bastante plural de pensadores eminentemente marxistas que recorriam ao legado weberiano como um momento do *autoesclarecimento da ideologia burguesa*. Dessa forma, tais pensadores avançavam em suas próprias interpretações materialistas e dialéticas da sociedade moderna.

Palavras-Chave: Marxismo weberiano; Karl Marx; Max Weber; Sociologia brasileira.

Abstract

The purpose of this article is to expose some moments of a long intellectual tradition that brought together the theoretical legacies of Karl Marx and Max Weber, which became known as Weberian Marxism. At first, we will focus on Weber's impressions of Marxian work, in which the author outlines how his theory does not intend to be an

¹ Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e-mail: lucas.estevez@usp.br.

exclusive alternative to Marxian historical materialism. Afterwards, we will emphasize the importance of Georg Lukács in his unprecedented convergence between the Weberian concept of rationalization and Marx's commodity fetishism. Then, we will focus on examples of the productive and conjugated use of Marx and Weber in Brazilian sociology, based on the works of Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso and Maurício Tragtenberg. From our perspective, we conclude that this theoretical tradition can only be described as "Marxist-Weberian" in a specific sense, that is, as a very plural tradition of eminently Marxist thinkers who used the Weberian legacy as a moment of self-enlightenment of bourgeois ideology. In this way, they could advance in their own materialist and dialectical interpretations of modern society.

Keywords: Weberian marxism; Karl Marx; Max Weber; Brazilian sociology.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo enumerar algunos momentos de una larga tradición intelectual que buscó aproximaciones entre los legados teóricos de Karl Marx y Max Weber, al que nos referimos como marxismo weberiano. En primer lugar, examinaremos las impresiones de Weber sobre la obra de Marx, en las que el autor describe cómo su teoría no pretende ser una alternativa exclusiva al materialismo histórico marxista. Posteriormente, destacaremos la importancia de Georg Lukács en la convergencia innovadora que opera entre el concepto weberiano de racionalización con el fetichismo de la mercancía de Marx. Finalmente, nos centraremos en ejemplos del uso fructífero y conjugado de Marx y Weber en la sociología brasileña, utilizando los trabajos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso y Maurício Tragtenberg. A nuestro juicio, concluimos que esta corriente teórica sólo puede denominarse marxista-weberiana en un sentido muy específico, como una tradición muy plural de pensadores eminentemente marxistas que recurrieron al legado weberiano como momento de autocomprensión de la ideología burguesa. De esta manera, podrían avanzar en sus propias interpretaciones materialistas y dialécticas de la sociedad moderna.

Palabras clave: Marxismo weberiano; Karl Marx; Max Weber; sociología brasileña.

INTRODUÇÃO

O cânone sociológico costuma abordar os legados de Max Weber e de Karl Marx como interpretações distintas da sociedade moderna que, a princípio, seriam inconciliáveis quanto ao método, quanto à abordagem epistemológica dos conteúdos e, por fim, quanto ao diagnóstico que fazem do capitalismo. No primeiro, haveria um espírito de resignação e conformismo liberal atravessado por uma concepção de ciência marcada pela neutralidade axiológica no tratamento dos conteúdos, a partir de um método compreensivo e interpretativo que foca no indivíduo e em sua ação social.

No outro, teríamos uma teoria movida por um ímpeto revolucionário de transformação social, claramente orientada como ciência engajada, baseada no método dialético e nos pressupostos do materialismo histórico. Embora a princípio tudo isso seja válido, muitos intelectuais passaram a pensar numa possível aproximação e complementaridade produtiva entre ambas as tradições sociológicas. Seria, então, a abordagem compreensiva e eminentemente sociológica de Weber tão avessa e incompatível com o materialismo histórico de Marx? Quais seriam, em termos teóricos, as possibilidades de diálogo entre essas heranças intelectuais?

Em vários escritos, Weber faz referência à obra de seu contemporâneo. Por vezes crítico, por vezes elogioso, Weber sempre trata a obra de Marx com profundo respeito, dando-lhe um lugar de importância na teoria social da época. A título de exemplo, no último parágrafo de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber faz questão de enunciar como sua teoria não pretende ser uma alternativa excludente ao materialismo histórico marxiano. Pelo contrário, compreende que a teoria social deveria considerar todas as explicações válidas a fim de apreender a complexidade de seu objeto de estudo:

Porquanto, embora o homem moderno, mesmo com a melhor das boas vontades, geralmente não seja capaz de imaginar o efetivo alcance de significação que os conteúdos de consciência religiosos tiveram para a conduta de vida, a cultura e o caráter de um povo, não cabe contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente “materialista” da cultura e da história por uma outra espiritualista, também ela unilateral. Ambas são igualmente possíveis, mas uma e outra, se tiverem a pretensão de ser, não a etapa preliminar, mas a conclusão da pesquisa, igualmente pouco servem à verdade histórica (WEBER, 2004, p. 167).

Gabriel Cohn afirma em seu importante estudo sobre a obra de Weber que este “jamais se dedicou a um confronto explícito com a dialética marxista” (COHN, 2003, p. 116). Na verdade, Weber estava “mais preocupado com ‘completar’ a obra de Marx do que com refutá-la mediante a inversão da sua perspectiva” (Idem, p. 117). Segundo H. H. Gerth e Wright Mills, Weber “não se opõe diretamente ao materialismo histórico como totalmente errado; nega-lhe simplesmente a pretensão de estabelecer uma sequência causal única e universal” (GERTH; MILLS, 1982, p. 64). Assim, partindo dessa perspectiva, os autores endossam a interpretação de que “parte da obra de Weber pode ser considerada, dessa forma, como uma tentativa de ‘completar’ o

materialismo econômico de Marx com um materialismo político e militar” (GERTH; MILLS, 1982, p. 64).

Seria extremamente produtivo analisar o diálogo direto que Weber travou com o materialismo histórico, perpassando diversos de seus textos sobre religião, classes sociais, a gênese do capitalismo e até a forma como encara a história e a relação do sujeito com o conhecimento científico, identificando convergências e divergências com o pensamento de Marx. Porém, nosso interesse é analisar outra dimensão, a saber, como a sociologia posterior a Weber e Marx tentou coadunar e complementar proficuamente ambos os legados intelectuais – o que posteriormente ficaria conhecido como “marxismo weberiano”. O termo apareceu pela primeira vez em 1955, na obra *As aventuras da dialética*, de Maurice Merleau-Ponty. Neste texto, o autor empreende uma discussão filosófica a respeito da abordagem da dialética pelo marxismo ocidental passando por Georg Lukács, Vladimir Lênin e Leon Trotsky. Em determinado momento do livro, Weber é descrito pelo autor como o representante de uma tendência intelectual que, mesmo inconscientemente, já encontrava os limites do liberalismo e, portanto, convergia teoricamente ao marxismo. Segundo ele, é com Weber que “a política de entendimento reconhece seus limites, o liberalismo para de acreditar na harmonia eterna, legitima seus adversários, se concebe como uma tarefa” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. XII). Na obra citada, seu interesse está em analisar as obras de marxistas que captaram a riqueza do pensamento weberiano:

Houve marxistas que o compreenderam, e foram os melhores. Houve um marxismo rigoroso e consequente que também era uma teoria da compreensão histórica, da *Vielseitigkeit*, da escolha criativa, e uma filosofia interrogativa da história. É somente a partir de Weber e desse marxismo weberiano que podemos compreender as aventuras da dialética de 35 anos para cá (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 29).

Embora identifique esta tradição marxista-weberiana partindo de Lukács, Merleau-Ponty não chega a explicitar de que forma as abordagens marxistas e weberianas passaram a se complementar. Portanto, partiremos deste ponto para traçar alguns importantes momentos nos quais o marxismo ocidental bebeu nas fontes teóricas de Max Weber. Para dar conta de tal empreitada, nos deteremos em um primeiro momento na obra *História e Consciência de Classe*, publicada por Lukács em 1923, a fim de demonstrar como esse texto representa o primeiro grande projeto

teórico que coloca em diálogo ambas as tradições sociológicas. Em seguida, iremos mudar de direção e aportar no pensamento brasileiro, esmiuçando como a imaginação sociológica de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Maurício Tragtenberg manejou e desenvolveu tal síntese produtiva entre Weber e Marx. Embora pareçam experiências insulares e incomunicáveis, tentaremos mostrar como o trabalho de Lukács foi precursor de tais empreitadas teóricas “híbridas” em nossa nascente sociologia brasileira – não como uma mistura eclética homogeneizadora, mas como uma complementação teórica frutífera.

HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE, DE GEORG LUKÁCS

O capitalismo moderno e sua especificidade era um objeto central de análise tanto para Weber quanto para Marx. Embora tivessem diagnósticos claramente distintos da gênese, da estrutura e do futuro do sistema capitalista, ambos extraíram daí suas mais ambiciosas conclusões. O capitalismo serviu, em suma, como eixo condutor dos estudos dos dois autores. Porém, é comum na obra de ambos a identificação, sob o capitalismo, de uma profunda mudança em curso que afeta a relação do sujeito com o mundo: uma mudança qualitativa na natureza da ordenação da sociedade que nascia das ruínas do passado e da negação da tradição.

A ruptura e especificidade dos tempos modernos, portanto, não se restringia à objetividade material, mas englobava o nível da construção epistemológica do mundo pelos sujeitos do conhecimento. Lukács foi o primeiro a perceber que tanto Weber quanto Marx poderiam convergir em seus diagnósticos a respeito de tais temas, apontando certa correlação entre o tema da racionalização em Weber com o tema da coisificação e do fetichismo da mercadoria em Marx. Para Lukács, ambos os teóricos tentavam dar conta de uma crescente quantificação racional do mundo, mensurando cada um ao seu modo os efeitos dessa transformação nas relações sociais, na produção das mercadorias e, por fim, sobre a própria consciência dos homens. Segundo Colliot-Thélène, importante comentadora de Weber:

A racionalidade que Weber confere às sociedades ocidentais contemporâneas está ligada estreitamente à coisificação de todos os aspectos da vida social. Reconhece-se aqui o eco da problemática marxista do “fetichismo”, com a diferença de que Marx situou-a no âmbito da economia [...]. Entre a “racionalização” de Weber e a “alienação” de Marx, a distância não é grande. Nos dois casos, o que está em jogo é a autonomização em

grande escala dos campos constituídos pelas práticas humanas, isto é, o que Marx designava, às vezes, *Naturwüchsigkeit*, qual seja o caráter quase natural que adquirem os sistemas produzidos pela ação dos homens (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995, p. 47-48).

Debrucemo-nos sobre a obra de Lukács a fim de observar como ela mobiliza Weber e Marx. Logo no início do capítulo *A reificação e a consciência do proletariado*, o autor esclarece que seu objetivo é descobrir “na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa” (LUKÁCS, 2012, p. 193), ou seja, operar uma reflexão que coloque em diálogo uma preocupação materialista com outra mais subjetivista, ligada à consciência dos agentes. Somente assim seria possível entender como os problemas fundamentais que “resultam do caráter fetichista da mercadoria”² também geram uma subjetividade específica do sujeito submetido à lógica do capital.

Assim sendo, compreender a forma mercantil como constitutiva da sociedade capitalista é compreender como ela penetra no “conjunto das manifestações vitais da sociedade” e torna-se capaz de “remodelar tais manifestações à sua própria imagem, e não simplesmente ligar-se exteriormente a processos voltados para a produção de valores de uso e em si mesmo independentes dela” (LUKÁCS, 2012, p. 196). Em suma, Lukács salienta a necessidade de se compreender a mercadoria e sua lógica como a forma universal de conformação da sociedade, ou seja, como o “metabolismo social dos homens” no capitalismo. Assim, opera-se uma submissão da consciência dos homens às formas reificadas do fetichismo imposto pela forma mercadoria – o que remete à questão da “segunda natureza” em Marx. O trabalho deixa de ser visto como produto humano e a sociedade passa a ser regida por uma forma de socialização que tem como princípio a própria reificação do mundo social. É a partir deste ponto que Lukács traz ao debate a herança weberiana.

Segundo o autor, essa nova forma reificada de socialização vem acompanhada da gênese de um novo tipo de racionalidade, que está sendo gestada desde o início

² Para Lukács, retomando o sentido marxiano do termo, o fetichismo da mercadoria torna possível que uma relação entre pessoas se apresente como o “caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma ‘objetividade fantasmagórica’ que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens” (LUKÁCS, 2012, p. 194). Tal fenômeno é, segundo o autor, específico de nossa era do capitalismo.

do capitalismo. É nesses termos que se estabelece uma relação profunda entre o fetichismo da mercadoria e a racionalização das práticas e dos discursos:

A forma mercantil só se torna possível como forma da igualdade, da permutabilidade de objetos qualitativamente diferentes, pelo fato de esses objetos - nessa relação que é a única a lhes conferir sua natureza de mercadorias – serem vistos como formalmente iguais. Desse modo, o princípio de sua igualdade formal só pode ser fundado em sua essência como produto do trabalho humano abstrato (LUKÁCS, 2012, p. 200).

Esse trabalho abstrato desta nova *ratio* exclui a particularidade, o detalhe e o valor de uso das mercadorias, tornando todos os objetos permutáveis e todas as relações impessoais. É a lógica reificada da mercadoria, que acaba por organizar a própria consciência dos homens. Logo, “racionalização” e “reificação” são processos intrinsecamente interdependentes. Estamos agora nas veredas do weberianismo: desde o artesanato, nota-se uma racionalização crescente na divisão do trabalho e “uma eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador” (LUKÁCS, 2012, p. 201). Nesses termos, o mundo capitalista moderno passa a ser regido pelo “princípio da racionalização baseada no cálculo, na possibilidade do cálculo” (LUKÁCS, 2012, p. 202).

Porém, é essa mesma racionalização que acaba por expropriar da mercadoria seu caráter de produto do trabalho humano, naturalizando um processo social e colocando-o como independente dos próprios indivíduos. Assim, o homem “é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já [se] encontra pronto e funcionando de modo totalmente independente dele, e a cujas leis ele deve se submeter” (LUKÁCS, 2012, p. 204). No capitalismo, exige-se a subordinação absoluta do homem à máquina e aos seus ditames. Como observa Lukács, todas as relações sociais passam a ser regidas por essa mesma subordinação – o capital revela seu traço autoritário ao “substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas” (LUKÁCS, 2012, p. 207). Nisso, o autor reforça o caráter desumanizante que a relação mercantil impõe aos homens ao impedir que a “verdadeira consciência” seja alcançada:

Para a consciência reificada, essas formas do capital se transformam necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social, justamente porque nelas se esfumam, a ponto de se tornarem completamente imperceptíveis e irreconhecíveis, as relações dos homens

entre si e com os objetos reais, destinados à satisfação real de suas necessidades. Tais relações são ocultas na relação mercantil imediata (LUKÁCS, 2012, p. 211).

Para Lukács, os efeitos da reificação da consciência englobam todas as esferas sociais da sociedade capitalista, como as estruturas jurídicas (direito) e de poder (constituição do Estado moderno). Em diálogo direto com Weber e sua compreensão da burocracia, o autor ressalta que “o desenvolvimento capitalista criou um sistema de leis que atendesse suas necessidades e se adaptasse à sua estrutura” (LUKÁCS, 2012, p. 140). Nesse sentido, pode-se considerar que o Estado moderno funciona tal como uma empresa, ou seja, que organiza, obedece e perpetua as mesmas regras racionais que imperam na dimensão econômica – o fundamento próprio da reificação. Mais uma vez, Lukács consegue demonstrar como tal processo de racionalização gera uma consequência danosa às consciências dos sujeitos, que também passam a encarar a realidade de forma reificada:

A racionalização formal do direito, do Estado, da administração etc. implica, objetiva e realmente, uma decomposição semelhante de todas as funções sociais em seus elementos [...], e subjetivamente implica, por conseguinte, repercussões semelhantes para a consciência, devidas à separação entre o trabalho e as capacidades e necessidades individuais daquele que o realiza; implica, portanto, uma divisão semelhante, racional e humana, do trabalho em relação à técnica e ao mecanismo tal como encontramos na empresa (LUKÁCS, 2012, p. 219-220).

Porém, Lukács reconhece os limites e entraves do processo de racionalização quando compreendido ideologicamente como uma empreitada esclarecedora e libertadora ao homem. Para ele, a própria racionalidade em curso no capitalismo é permeada por uma irracionalidade latente. Embora o sistema de leis racionalmente instituído pelo Estado seja fruto da própria razão, ele não pode ser completamente decifrado, pois se assim o fosse, revelaria aos homens seu estado de não liberdade e privação das possibilidades últimas dadas pela técnica e pelas relações de produção – a saber, a erradicação da miséria e da pauperização.

Nesse sentido, a racionalização opera em dois âmbitos interrelacionados: ao mesmo tempo em que não pode ser completamente alcançada, uma vez que necessita criar esse ofuscamento de suas próprias leis econômicas, é justamente por meio dela e do progresso da razão instrumental (diriam os frankfurtianos) que uma

consciência reificada e impotente pode ser perpetuada. Ao mesmo tempo que é uma condição para a reprodução infundável do capital, a *ratio* do mundo burguês também é um produto da própria divisão do trabalho e da coisificação das consciências dilaceradas. É justamente essa interrelação entre a racionalização e a reificação que torna possível ao mundo social apresentar-se como natural, eterno e infalível.

Talvez tal constelação de ideias nos permita compreender como o autor se mantém numa perspectiva marxista, embora tenha se utilizado largamente da teoria weberiana. Ao mesmo tempo que recorre a Weber, Lukács reivindica para sua teoria um caráter marxista, ao enunciar como seu objetivo a superação do “pensamento burguês”, do qual a resignação weberiana faria parte:

O mundo reificado aparece doravante de maneira definitiva – e se exprime filosoficamente, elevado à segunda potência, num exame “crítico” – como o único mundo possível, conceitualmente acessível e compreensível, que é dado a nós, os homens. Se isso suscita a transfiguração, a resignação ou o desespero [...] em nada muda a natureza dessa situação. Ao limitar-se a estudar as “possíveis condições” da validade das formas nas quais se manifesta seu ser subjacente, o pensamento burguês fecha a via que leva a uma maneira de colocar os problemas claramente, às questões relativas ao surgimento e ao desaparecimento, relativas à essência real e ao substrato dessas formas (LUKÁCS, 2012, p. 239).

Dessa forma, pudemos brevemente analisar como em Lukács aparece pela primeira vez uma tentativa de complementação entre os legados de Weber e Marx. Como importante representante do marxismo ocidental, o autor foi capaz de trazer à discussão do materialismo histórico toda a profundidade do tema da racionalização do mundo moderno e sua contrapartida subjetiva, dando assim um peso inédito no marxismo de então ao tema do fetichismo da mercadoria e a consequente reificação do mundo. É importante ressaltar que Lukács não pode ser definido, no geral, como um autor marxista-weberiano, mas sim como um teórico eminentemente marxista que, nesta obra, soube usar o legado weberiano de forma a enriquecer seu diagnóstico a respeito da consciência do proletariado e suas possibilidades revolucionárias. Coisa semelhante irá acontecer décadas depois em um outro ambiente intelectual, a saber, na nascente sociologia brasileira.

ITINERÁRIOS DO MARXISMO WEBERIANO NO BRASIL

Desde seu início, a sociologia brasileira travou um contato muito proveitoso com os clássicos europeus e norte-americanos. Porém, até a década de 1940, esse uso do referencial teórico dos fundadores da teoria social ainda era feito de forma bastante tradicional, ou seja, dificilmente se encontraria uma abordagem que visasse estabelecer uma aproximação profícua e original entre os diferentes clássicos. As obras de Weber e Marx, até então, eram estudadas como cânones incongruentes, divergentes e irreconciliáveis quanto a seu método e sua análise da sociedade. Porém, tal abordagem foi gradualmente dando lugar a uma leitura mais fluida entre os autores. Tal como Lukács, pensadores ligados ao marxismo passaram a encontrar na obra de Weber um rico arcabouço teórico que traria ótimas contribuições para as nascentes análises da sociedade brasileira. Embora o leque de pensadores que podem ser incluídos nessa empreitada seja muito amplo, vamos focar nos escritos daqueles que iniciaram tal percurso.

Em 1946, Florestan Fernandes escreve uma importante introdução à edição brasileira de *A Crítica da Economia Política* (Editora Flama, São Paulo, 1946) de Marx, intitulada *Marx e o pensamento sociológico brasileiro*. Neste texto, Florestan busca introduzir aos leitores a obra de Marx, tendo assim uma preocupação didática em expor os principais fundamentos filosóficos da obra do autor e de seu método materialista e dialético. Pelo tom do texto, nota-se que Marx ainda não era muito lido na área de ciências sociais se comparado aos outros clássicos. De acordo com Florestan, “a barreira que tem afastado de Marx uma grande parte dos cientistas sociais é, ao mesmo tempo, um dos elementos fundamentais da teoria marxista do conhecimento. Trata-se das relações entre teoria e prática” (FERNANDES, 1976, p. 322). Para o autor, muitos tomam um “conhecimento apressado da sua obra”, lhe atribuindo falhas que não existem e supondo problemas que lhe são alheios. Segundo ele, “no Brasil, a obra de Marx não passou, em grande parte, dos manuais de Economia e de Sociologia, excetuando-se talvez alguns trabalhos de Caio Prado Júnior”. Por fim, chega à conclusão de que “mais do que nunca, este é o momento de Karl Marx nas ciências sociais” (FERNANDES, 1976, p. 338).

Neste texto, o sociólogo brasileiro aponta que Marx foi o primeiro a estabelecer que os fenômenos sociais são apreciados concomitantemente como produtos derivados e como motivos *a priori* da atividade humana. Sob essa perspectiva, sua

obra balizava os pressupostos teóricos de toda a sociologia. Trazer tal riqueza teórica à sociologia brasileira afastaria qualquer flerte com noções naturalistas do mundo social, salientando a especificidade da própria investigação sociológica e de seu objeto. É nesse momento que Florestan enuncia uma possível complementaridade entre Marx e Weber: se ao primeiro coube desvendar o caráter não-natural dos fatos sociais, o segundo nos muniu de um método de apreensão desse mundo social. Nesse sentido, o objeto da sociologia deveria ser definido pelo seu caráter eminentemente social, evidenciado por situações típicas que possam ser estudadas sob o método científico, tal como definira Weber:

O que é comum interessa apenas à medida que se refere a situações típicas, à medida que se refere a situações típicas, à medida que permite entender a passagem de uma forma social a outra numa sociedade determinada (cf. Max Weber: aparecimento de uma mentalidade capitalista numa sociedade de organização social pré-capitalista) (FERNANDES, 1976, p. 339).

Para Florestan, os autores alemães convergiam em suas preocupações. Segundo ele, “Max Weber, com o método tipológico, precisou o problema na direção proposta por Marx” (FERNANDES, 1976, p. 339), a saber, o problema das generalizações e da extensão da validade do conhecimento sociológico. Só por meio de uma análise que levasse em consideração as contribuições de ambas as teorias sociológicas que a sociologia brasileira poderia avançar em suas elaborações teóricas. Porém, o texto é de caráter bastante introdutório e não responde como tal complementaridade poderia ser feita.³

Somente mais tarde, em seu livro *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975, Florestan colocaria em prática um uso frutífero de Weber a fim de realçar sua análise marxista da sociedade brasileira. Em determinada altura do texto, ao tratar do desencadeamento histórico da chamada “revolução burguesa” no país, Florestan

³ Em um parágrafo final, Florestan chega a estabelecer paralelos entre as explicações weberianas e marxistas quanto à gênese do capitalismo: “Relativamente às conexões dos fenômenos sociais nas sociedades capitalistas, entretanto, como mostra A. Cuvillier, Marx antecipou-se em *O Capital* às investigações de Max Weber sobre as afinidades da Reforma e do espírito protestante com o desenvolvimento do capitalismo. Oito anos antes, todavia, neste livro, Marx já dedicara algumas páginas a esse problema. Marx procura explicar o entesouramento pela mentalidade desenvolvida com o protestantismo. Por isso, aponta os seguintes atributos no entesourador: ascetismo reforçado pelo trabalho árduo, zelo religioso, sendo “eminentemente protestante de sua religião, e ainda mais, puritano”, e desprezo pelos gostos temporais e transitórios em troca da felicidade eterna da vida celeste” (FERNANDES, 1976, p. 342).

passa a salientar a importante contribuição dos imigrantes para a formação de um *ethos* capitalista na nascente sociedade industrial da época. Segundo ele, embora o imigrante não estivesse no topo da estrutura social brasileira, ele “já se convertia em agente econômico da concentração de capital comercial e passava a absorver [...] os papéis econômicos emergentes de uma economia de mercado em consolidação” (FLORESTAN, 2006, p. 160). Nesses termos, o imigrante transportou ao país certa “mentalidade capitalista”. Porém, ressalta o autor, os imigrantes deveriam ser tomados em sua análise como um exemplo típico-ideal de um protagonismo social que alavancou a modernização econômica e a transformação social rumo à uma economia de mercado – ou seja, deveriam ser tomados como objeto de estudo teórico que, nem sempre, coincide com a prática e a realidade empírica dos agentes. Conforme o autor, em clara conexão com o papel dos protestantes calvinistas na análise de Weber sobre a gênese do capitalismo:

[...] o imigrante seria o nosso tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da mentalidade capitalista e iria desempenhar os principais papéis econômicos que estruturaram e dinamizaram a evolução do capitalismo no Brasil [...]. Como escreve Weber, em conhecida formulação: “cálculo exato – a base de todo o resto – só é possível sobre a base do trabalho livre” (FLORESTAN, 2006, p. 168)

Em uma nota, Florestan ainda complementa que tais elementos foram os pressupostos para que surgisse no país uma economia monetária e de mercado puramente capitalista, “ou, como diria Weber, de uma economia monetária e de mercado de caráter ocidental e moderno” (FLORESTAN, 2006, p. 480). Tais trechos mostram, de forma bem pontual e limitada, como Florestan continuou a mobilizar a obra Weber em seus estudos de orientação plural, porém acentuadamente marxista – um uso “instrumental” do arcabouço teórico de Weber.

Escrita como tese de doutorado e publicada em 1962, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso, talvez represente a primeira grande tentativa de trazer ao debate marxista contribuições não só de Weber, mas também da já citada abordagem de Lukács. No prefácio de seu livro, Cardoso ressalta que sua obra foi resultado de um programa proposto por Florestan Fernandes para ampliar o conhecimento sociológico sobre o preconceito racial na sociedade brasileira. No caso,

o autor realiza uma apurada análise da imbricação entre economia capitalista e uso da mão de obra escrava, focando no estudo da economia do charque no Rio Grande do Sul e de sua sociedade senhorial. Para isso, delineia ao longo do livro as formas de exercício da autoridade e da dominação naquela realidade social, tal como os padrões estruturais de ação dos agentes. Segundo o autor:

A situação específica da economia do charque no mercado internacional permite a discussão das possibilidades de desenvolvimento capitalista da sociedade escravista, mostrando como a escravidão foi, num primeiro momento, o recurso possível para a exploração mercantil numa região de terras abundantes e escassez de mão de obra, e, no momento seguinte, se transformou num obstáculo à generalização do sistema mercantil de produção capitalista (CARDOSO, 1997, p. 155).

De maneira geral, Cardoso estava interessado em compreender quais as possibilidades de constituição e expansão do capitalismo moderno em uma sociedade que tem como fundamento o trabalho escravo⁴. Além disso, o autor também salienta que um dos seus grandes objetivos era trazer o método dialético à discussão sociológica da época. Segundo ele, sua obra “visava mostrar à ‘comunidade científica’ que o método dialético sustenta-se como alternativa de conhecimento” (CARDOSO, 1997, p. 12), ou seja, realizar uma defesa do marxismo e de seu método como um conhecimento válido para a sociologia. Porém, Cardoso também ressalta o caráter eclético de sua interpretação: “Tento juntar o que lera em *O Capital* com a inspiração sartreana de como tornar a dialética utilizável na análise sociológica”, com “a reivindicação lukacsciana da possibilidade de usar a noção de “consciência adequada”, talvez algo weberiana e até mesmo (quanto adjetivo!) kantiana” (CARDOSO, 1997, p. 13). Embora o livro tenha uma amplitude teórica muito extensa,

⁴ Segundo o autor, o principal objetivo de seu trabalho foi “mostrar concretamente que a sociedade escravocrata constitui-se como uma tentativa para intensificar a produção visando a realização de lucros no mercado. A única forma historicamente possível de alcançar esse objetivo estava na intensificação da escravidão. Com isso, determina-se a especificidade da “escravidão moderna” no Rio Grande do Sul e, simultaneamente, torna-se possível estabelecer tanto as regras de funcionamento do regime escravocrata-capitalista como os limites que, nas condições em que foi criado, ele próprio se impôs (...). As relações de produção a partir das quais se visava intensificar a produção capitalista mercantil impediam o pleno desenvolvimento do regime capitalista, na medida em que este requer a mercantilização da força de trabalho e a escravidão constitui a mercantilização do próprio trabalhador” (CARDOSO, 1997, p. 274).

nosso foco é mostrar como a argumentação de Cardoso chegou ao encontro de Weber.

Na introdução da obra, o autor tenta delinear a relação entre Weber e Marx em duas frentes. Em um primeiro momento, acaba por conferir à sua compreensão de “ação social” um duplo sentido. Se por um lado é importante identificar as determinações materiais e objetivas da ação dos agentes, por outro, a motivação e a atribuição de sentido que os agentes dão às situações na qual se enquadram também é fundamental. Assim, em um legítimo espírito marxista-weberiano, Cardoso defende que a ação deve ser vista “ao mesmo tempo como resultado motivado por condições exteriores e como *práxis*” (CARDOSO, 1997, p. 34).

Em um segundo momento, realiza uma ampla discussão a respeito da impossibilidade do conhecimento sociológico em esgotar o conhecimento sobre o objeto, ou seja, em apreender sua totalidade. Segundo Cardoso, a dialética marxista admite que o real nunca é passível de ser captado inteiramente pela reflexão, tal como pensa o positivismo. O que é possível é captar um momento do real, delineando assim o movimento da realidade e seu sentido. Desse raciocínio, Cardoso desemboca em Weber: nele, o mesmo problema é colocado, mas de forma distinta. Também se afastando de uma noção positivista de ciência, que postulava a explicação do social tal como nas ciências exatas, Weber recorre aos modelos típico-ideais como única forma de apreensão da realidade, que segundo Cardoso, parte do mesmo pressuposto materialista da relação entre sujeito do conhecimento e objeto. Segundo ele:

Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Em qualquer dos dois casos, o método não é empiricista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização (CARDOSO, 1997, p. 41).

É nesse sentido que o autor passa a recorrer, por diferentes vias de acesso, ao pensamento weberiano. Ao analisar a relação entre os senhores e os escravos, por exemplo, ele se utiliza do conceito de estrutura patrimonialista de dominação. Segundo o autor, “a subordinação puramente pessoal ao senhor, ou a quem lhe faz as vezes, impera como critério fundamental para a distribuição prebendária e para concessão de benefícios nas estruturas patrimonialistas” (CARDOSO, 1997, p. 100-

101). Em uma longa nota de rodapé, Cardoso detalha os sentidos de tais estruturas recorrendo aos originais de Weber que se debruçam sobre o tema. Neste ponto, o sociólogo recorre não só a explicação weberiana de “estrutura patriarcal de dominação”, presente no primeiro volume de *Economia e Sociedade*, como ao conceito maior do qual faz parte, o de “dominação tradicional” e seu oposto, “dominação burocrática”. Tais notas de rodapé tentam sintetizar ao leitor todo o argumento weberiano a respeito do assunto. Ao transcrever longas citações de Weber, Cardoso reforça seu ponto de vista e a acepção que faz do conceito. Segundo ele, tal caracterização é “uma questão muito importante para a compreensão da origem do sistema de poder e para a caracterização da estrutura da sociedade colonial no Rio Grande do Sul” (CARDOSO, 1997, p. 102).

Mais à frente, há um outro uso prolífico de Weber. Cardoso ressalta que durante a colonização do país os escravos podiam ser definidos como uma “casta” devido à posição social que ocupavam e aos critérios que determinavam tal posição. Porém, com o declínio da escravidão, da sociedade colonial e de sua economia, ocorre um reajustamento entre as diferentes camadas da estrutura social, deslocando os escravos da situação de “casta” para o *status* de “classe”. Como se nota abaixo, Cardoso está recorrendo ao sentido weberiano de tais conceitos:

A dicotomia entre a casta dos escravos e a casta dos senhores, que exprimia no plano estrutural as relações básicas de produção, desfez-se lentamente na ordem social de classes em formação [...]. A posição de cada pessoa no mercado passou, cada vez mais, a definir as possibilidades de obtenção de prestígio e a capacidade de controlar a estrutura política (CARDOSO, 1997, p. 275).

No uso do termo “capitalismo moderno”, o autor se mostra tributário tanto da tradição weberiana como da marxista. A princípio, ressalta que faz uso desta expressão “na acepção de Max Weber”, recorrendo ao famoso texto do autor sobre a gênese do capitalismo moderno, *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Porém, esclarece que sua interpretação do capitalismo, ao mesmo tempo, não é contraditória com a “acepção marxista”. Para Cardoso, a análise de ambos os autores converge de forma muito fecunda. A diferença entre eles estaria na ênfase dada aos processos em curso na modernidade, mas suas análises não seriam de forma alguma excludentes. Em Marx, por exemplo, é a dimensão econômica que ocupa o centro do

debate: nele, o que importa é que “o capitalismo desenvolvido supõe a produção de mais-valia relativa, processo que encontra na escravidão um limite decisivo” (CARDOSO, 1997, p. 173).

Por fim, ao debater questões metodológicas, o autor mostra como a sociologia deveria estar atenta não só às estruturas, mas ao sentido e à consciência atribuída pelos agentes sociais em suas ações – sejam indivíduos ou coletividades como as classes. Eis um exercício exemplar de imaginação sociológica que bebe tanto em Weber como em Marx e mostra a importância do estudo de Cardoso para a sociologia brasileira:

A análise científica dos processos sociais só alcança inteligibilidade plena quando são consideradas, simultaneamente, as condições estruturais e funcionais subjacentes à *práxis* humana, o sentido emprestado socialmente à ação e o grau de consciência do processo social que historicamente é possível atingir. A partir dessa perspectiva suponho ter determinado a dialética que existia entre as exigências da situação social, os objetivos e projetos que orientavam a ação e a consciência da situação que podia ser socialmente alcançada no período de desagregação da ordem escravocrata gaúcha (CARDOSO, 1997, p. 187).

Dito isto, passemos ao último exemplar selecionado em nosso recorte desse uso da teoria weberiana pelos estudos marxistas no Brasil. Nos referimos aqui à obra *Burocracia e Ideologia* de Maurício Tragtenberg, publicada em 1974. Animado por uma interpretação materialista, Tragtenberg recorre ao arcabouço teórico de Weber ao explicitar não só a contribuição que sua teoria pode fornecer ao marxismo, como também os porquês de seu caráter resignado frente ao capitalismo de sua época. Embora o livro constitua uma interpretação do pensamento weberiano relativo à teoria da administração moderna e da burocracia dos Estados racionais, Tragtenberg situa Weber como um pensador que presenciou o ocaso das teses emancipatórias liberais, que em seu próprio tempo já recrudesciam em elementos autoritários e anti-iluministas.

O caráter marxista de seu estudo sobre a administração e a burocracia moderna fica claro logo na introdução do livro. Segundo o autor, o objetivo da obra consiste em estudar as teorias da administração em sua dupla natureza, a saber, tomá-las como ideológicas ao expressar a “falsa consciência da realidade”, mas também reconhecer seu poder analítico, enquanto “operacionais em nível técnico”

(TRAGTENBERG, 1974, p. 16). Nesse sentido, o autor busca compreender o aparato burocrático descrito por Weber por meio de uma leitura marxista da dominação racional exercida pelo Estado.

Na primeira parte do livro, Tragtenberg retoma o desenvolvimento da burocracia e da administração racional do Estado desde suas origens, se valendo das teorias de Hegel, Marx e Weber. O ponto mais importante para nossos interesses está em um capítulo todo dedicado a uma reinterpretação de Weber que, segundo Michael Löwy, é seminal na compreensão do marxismo weberiano na medida em que representa “o primeiro trabalho marxista de peso sobre o sociólogo de Heidelberg no Brasil” (LÖWY, 2014, p. 10). Ao longo dessas páginas, Tragtenberg vai delineando as linhas gerais do pensamento weberiano até desembocar em seus interesses particulares, ou seja, investigar como os estudos weberianos sobre a burocracia racional moderna e a gênese do capitalismo já indicavam um pensamento aporético que, mesmo se colocando como liberal, chegaria a um beco sem saída e ao diagnóstico do capitalismo como uma “jaula de aço”.

Ao mesmo tempo, o autor defende que Weber foi um “pensador liberal que ultrapassou os limites do liberalismo clássico” (TRAGTENBERG, 1974, p. 120), seja em suas posições políticas, seja nos desdobramentos de tais opiniões em sua produção teórica. Ao longo do capítulo, Tragtenberg mostra como Weber foi crítico ao corporativismo, à demagogia inescrupulosa dos partidos de direita alemã e ao uso da burocracia para fins próprios. A partir dessas críticas, Weber estaria teoricamente mais próximo da social-democracia, embora nunca tenha se filiado a nenhum partido. Segundo o autor, Weber manteve seu espírito independente, afastado dos ideólogos políticos. Porém, esse “não-lugar” ocupado por Weber já indicava como o sociólogo alemão vislumbrava contraditoriamente o caráter nefasto resultante do processo de racionalização do mundo, exemplificado principalmente pelos vícios e problemas da burocracia que já apontava em seu tempo. Embora por vias diferentes da de Marx, Weber teria ido até o limite de onde um pensador burguês poderia chegar. Segundo Tragtenberg, a obra de Weber deve ser lida na seguinte chave:

Ante o avanço da burocracia, como preservar qualquer resquício de liberdade individual? A ênfase no estudo de Weber a respeito da burocracia deve ser dada não como o é por muitos autores, nas suas virtudes organizacionais, mas no oposto, como defender-se ante este avanço implacável da burocracia? (TRAGTENBERG, 1974, p. 144).

Nesse sentido, o autor defende que Weber foi, mesmo que de forma inconsciente, o maior dos pensadores liberais a compreender os limites de seus próprios postulados. Visto sob essa chave, Weber refletiu uma crise ideológica em toda consciência social burguesa. Justamente por isso que sua obra, por vezes, é vista como contraditória e resignada, presa a um diagnóstico que ela própria tenta superar. Ainda de acordo com Tragtenberg, a contradição fundamental na obra de Weber também reside “entre seus postulados metodológicos presos ao neokantismo e sua sociologia histórica das formas de dominação, onde dialoga com a sombra de Marx” (TRAGTENBERG, 1974, p. 161-162).

É justamente devido a essa aporia do pensamento de Weber que há uma congruência tão grande entre ele e Marx – questão que fica ainda mais clara quando são trabalhados os temas da racionalização e da perda de liberdade no capitalismo moderno. Podemos ver, no caso de Tragtenberg, como foi desenvolvida a conexão lukacsiana anteriormente exposta entre racionalização e reificação. Na medida em que Weber passa a ser visto como um representante “da consciência limite da consciência burguesa alemã”, seus estudos e conclusões não podem passar despercebidos pelo marxismo. Aos materialistas, o estudo da obra weberiana torna-se uma obrigação tal qual aquela que Marx teve ao se debruçar sobre os economistas burgueses e a partir deles formular a sua *crítica da economia política*. Nesse sentido, o marxismo weberiano de Tragtenberg não só se utilizou de Weber de forma instrumental, mas avançou na medida em que identificou a teoria weberiana como uma expressão das contradições expostas pelo próprio materialismo histórico e dialético de Marx.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, tivemos como objetivo expor alguns autores que buscaram aproximar, numa relação bastante fecunda, a herança intelectual weberiana às interpretações de caráter fundamentalmente marxista. Obviamente, não tivemos a pretensão de expor à exaustão todo o pensamento desta tradição. A teoria crítica da Escola de Frankfurt, por exemplo, é apontada recorrentemente como um dos desenvolvimentos intelectuais mais significativos no uso tanto de Weber, como de Marx. Porém, nosso objeto foi mais restrito e merece uma consideração final. Embora

pareçam distantes, Lukács e os pensadores brasileiros representaram uma vertente específica do marxismo weberiano, que pode ser vista a partir de dois eixos.

Em primeiro lugar, tais autores, que se alinhavam politicamente e teoricamente ao marxismo, buscavam no arcabouço teórico weberiano pontos de contato com o materialismo histórico que pudessem fornecer uma interpretação mais esclarecida da sociedade moderna. Em segundo lugar, tentaram mostrar de diferentes formas como a teoria weberiana já trazia em si elementos de uma crítica ao capitalismo moderno, seja em suas análises da burocracia, da dominação, da caracterização das classes sociais ou, enfim, do processo de racionalização. Assim, são colocados diante desses autores os desafios teóricos e da práxis política num mundo no qual a intensificação da racionalização e o recrudescimento da “jaula de aço” tendem a minar as possibilidades da liberdade e da apreensão de sentido das existências.

Em suma, essa corrente teórica só pode ser tomada como “marxista-weberiana” em um sentido bastante específico, a saber, como uma tradição bastante plural de pensadores eminentemente marxistas que recorriam ao legado weberiano como um momento de *autoesclarecimento da ideologia burguesa*. Dessa forma, poderiam avançar em suas próprias interpretações materialistas e dialéticas da sociedade moderna. Embora muito se fale em uma “simbiose” ou “mistura” operada entre Weber e Marx, os termos não são os mais felizes para caracterizar como a relação entre tais teorias foi estabelecida pelos autores aqui explorados. Talvez o mais correto seja utilizar uma terminologia utilizada por Weber: podemos compreender, por fim, que a tradição marxista estabeleceu *afinidades eletivas* extremamente produtivas e potencialmente poderosas com o legado weberiano.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**: Max Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine Colliot. **Max Weber e a História**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Marx e o pensamento sociológico brasileiro**. In: Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo: Pioneira, 1976.

GERTH, H. H; MILLS, C. W. **Introdução**. In: WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **As aventuras da dialética**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

* Artigo recebido em 17 de junho de 2021,
aprovado em 23 de agosto de 2021.